



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Nunes Coelho Magalhães, Felipe

DA METRÓPOLE À CIDADE-REGIÃO. NA DIREÇÃO DE UM NOVO ARRANJO
ESPACIAL METROPOLITANO?

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 10, núm. 2, noviembre, 2008, pp.
9-27

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951694002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DA METRÓPOLE À CIDADE-REGIÃO

NA DIREÇÃO DE UM NOVO ARRANJO ESPACIAL METROPOLITANO?

FELIPE NUNES COELHO MAGALHÃES

RESUMO *Este artigo tem como objetivo abordar a configuração da cidade-região – enquanto um ente geográfico em processo de fortalecimento – e os processos socioespaciais diversos que a compõem. A cidade-região é entendida como a área metropolitana mais concisa somada de seu entorno imediato, incluindo uma série de centralidades de pequeno e médio porte no alcance dos processos de metropolização. A urbanização extensiva é um processo socioespacial chave por trás da formação da cidade-região, que também se relaciona à compressão espaço-temporal presente de forma heterogênea nestas regiões urbanizadas. Privilegia-se uma perspectiva teórica acerca do tema, propondo uma morfologia da cidade-região, visando esclarecer sua relação com os processos econômico-espaciais contemporâneos (sobretudo no que diz respeito à reestruturação produtiva). Dois elementos territoriais principais compõem esta extensão do tecido urbano para além das áreas metropolitanas: a exopolis e a cidade industrial pós-fordista. O regionalismo competitivo se manifesta neste contexto como uma prática hegemônica de planejamento, tanto na escala regional quanto na escala das diversas localidades inseridas neste processo.*

PALAVRAS-CHAVE *Cidade-região; pós-fordismo; expansão metropolitana; urbanização extensiva; condições gerais de produção.*

INTRODUÇÃO

O crescimento das metrópoles no mundo atingiu escalas sem precedentes nas últimas décadas. A urbanização sem fronteiras aparentes une no espaço conurbado metrópoles que outrora eram facilmente delimitáveis, e diversas regiões se tornam espaços inteiramente urbanizados, dando origem a uma nova entidade socioespacial que vem sendo denominada de *cidade-região*. A partir dos processos socioespaciais contemporâneos, e de novos sentidos da produção do espaço urbano, começa a se evidenciar esta nova unidade de análise socioespacial, em gestação a partir do processo de extensão do tecido urbano das grandes metrópoles industrializadas. Parte-se da hipótese de que a cidade-região é a forma urbana do processo de metropolização em seu estágio contemporâneo, que apresenta continuidades e rupturas com os processos anteriores – como aqueles que deram origem às próprias metrópoles em contextos históricos anteriores. Tendo como referência a metrópole fordista-keynesiana (Soja, 2000), trata-se de buscar interpretações acerca da metropolização contemporânea tendo em vista aquela forma anterior, no contexto do capitalismo semi-periférico, marcado pela incompletude de seus processos socioespaciais: antes que se desse como terminada, em perspectiva histórica, a formação da metrópole fordista-keynesiana, inicia-se um novo processo de reestruturação socioeconômica e espacial.

Deve-se ressaltar que não se propõe aqui que as dinâmicas socioeconômicas *determinam* de modo linear as formações socioespaciais ou nem que as formas de organiza-

ção do espaço são *determinantes* das características sociais ou econômicas de determinada população. Propõe-se uma leitura da *dialética socioespacial*, a partir de Soja (1993), em que ocorre uma interação retro-alimentadora entre estes dois níveis de análise. O espaço tem um conteúdo intrinsecamente político, social ou econômico – chegando a revelar, inclusive, os problemas em se separar tais esferas como componentes autônomos de análise e crítica –, e as diversas configurações políticas, sociais ou econômicas apresentam um conteúdo espacial inerente, que não pode existir sem uma espacialidade própria. A abordagem da *economia geopolítica* aqui buscada se refere justamente a esta tentativa de se incorporar o espaço no cerne da economia política (e da teoria crítica, de forma mais ampla).

A FORMA SOCIOESPACIAL DA CIDADE-REGIÃO

Algumas abordagens acerca da cidade-região (como a de Parr, 2005) tratam-na como o pólo metropolitano somado de toda sua área de influência; nesse caso, o território de um determinado país seria completamente coberto por cidades-região. Procura-se aqui uma definição distinta, voltada para o entendimento dos processos socioespaciais contemporâneos de extensão do tecido metropolitano por espaços regionais mais amplos que a metrópole propriamente dita, mas que passam a se integrar num nexo comum do ponto de vista da organização da produção industrial. A cidade-região aqui tratada se aproxima daquela trabalhada por Lencioni (2000, 2003, 2004), cujos estudos acerca dos processos de reestruturação produtiva e reconfiguração territorial em torno da área metropolitana de São Paulo tratada em escala regional são referência fundamental nas interpretações buscadas neste texto – assim como a abordagem de Randolph (2005) e Randolph *et al* (2007) acerca da região do entorno da área metropolitana do Rio de Janeiro. Ressalta-se que não se trata aqui de oferecer um panorama das tendências recentes de urbanização dos entornos metropolitanos no Brasil, mas de propor interpretações deste processo de urbanização da escala regional a partir da teoria urbana e da economia política da urbanização. Estas tendências se manifestam de forma mais expressiva na área do entorno da Região Metropolitana de São Paulo, que abrange a Região Metropolitana da Baixada Santista, a Região Metropolitana de Campinas, assim como as cidades de Sorocaba e São José dos Campos, que passam por um processo de integração ao processo de metropolização nesta escala regional mais ampliada, nucleada pela cidade de São Paulo. Outros casos incipientes, com sinais de formação desta área macro-metropolitana se manifestam no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Curitiba; e alguns se manifestam em eixos que se tornam urbanizados, como Goiânia-Brasília, Florianópolis-Joinville-Blumenau, Maringá-Londrina, Porto Alegre-Caxias do Sul, dentre outros.

Vale ressaltar de antemão que a ideia de cidade-região aqui proposta se diferencia da simples metrópole estendida por uma diversidade de fatores. Em primeiro lugar, ressalta-se que a cidade-região atinge centralidades que escapam à chamada *involução metropolitana* (Santos, 1993) e às deseconomias de aglomeração, saltando sobre o tecido urbano espoliado que faz parte da metrópole e atingindo novos espaços, mais *eficientes* para a atividade industrial, onde o aspecto disfuncional da metrópole se faz, todavia, pouco presente. Ou seja, trata-se de um processo contemporâneo de produção do espaço urbano em que a metrópole fordist, produto da própria entrada da indústria na escala da cidade, passa, nas margens, a se apresentar como um custo e um empecilho para determi-

nados setores. Porém, estes permanecem dependentes do núcleo metropolitano, e passam a se situar nos seus arredores, justamente nestes novos espaços industriais em crescimento nas áreas peri-metropolitanas.

Propomos que a cidade-região começa a ganhar forma a partir do momento em que o processo de urbanização dos entornos metropolitanos começa a se intensificar e a ter suas lógicas integradas ao tecido metropolitano, através de um aumento também dos fluxos do núcleo metropolitano para seu entorno e vice-versa. Monte-Mór (1994, 2004) introduz o conceito de *urbanização extensiva* como um processo de transformação socioespacial, em que os fluxos e as lógicas de produção e reprodução de espacialidades diversas e distantes das grandes cidades se espelham cada vez mais nos processos urbanos que se verificam em pontos isolados do território. A urbanização extensiva carrega em seu bojo as Condições Gerais de Produção (Lojkine, 1981) e o Meio Técnico-Científico-Informacional (Santos, 1988) para determinadas porções do território interligadas por eixos viários (e mais recentemente, pelas tecnologias avançadas e praticamente onipresentes de telecomunicações) estruturadores deste processo. Estes dois aspectos fornecem a base para o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, provendo uma relativa ubiquidade das condições necessárias para a especialização produtiva de determinada localidade. Deste modo, do ponto de vista econômico-espacial, trata-se de um processo que possibilita uma penetração da dinâmica de mercado ao longo do território, que também é influenciada diretamente pela ação do Estado. Definindo mais precisamente o conceito, segundo Monte-Mór, a urbanização extensiva

se refere à extensão das relações sócio-espaciais contemporâneas – formas e processos urbano-industriais – anteriormente restritas às metrópoles e cidades médias a escalas regionais, nacionais e globais. É a textura sócio-espacial da unidade dialética entre centros urbanos e o tecido urbano que estende formas e processos urbanos – incluindo a *práxis urbana* – ao campo e ao espaço social como um todo. (Monte-Mór, 2004, p. 13)

(...) esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais, integrando-os em malhas mundiais, representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista, até – e cada vez mais – as diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros... (Monte-Mór, 1994, p. 171)

Ressalta-se que a indústria pós-fordista encontra localidades privilegiadas na cidade-região pelos seguintes motivos: escapa-se dos diversos elementos de *rigidez* constituídos no meio metropolitano através do próprio processo fordista; escapa-se do custo de localização mais elevado na metrópole; são localidades de menor atuação dos sindicatos, historicamente situados nas áreas industriais adensadas; a proximidade relativa da metrópole (aumentada pelos processos ligados à compressão espaço-temporal) agiliza o acesso aos serviços especializados necessários; dentre outros fatores.

Cabe advertir que não se propõe aqui um retorno à concepção de Castells (1983), de que a cidade seria o *locus* privilegiado do consumo (coletivo), enquanto a produção se efetiva na escala regional, sendo os embates em torno da questão urbana pautados essencialmente pelo consumo coletivo. As atividades de comando e controle permanecem em grande medida concentradas nos principais núcleos, e os serviços também se inserem na

esfera da produção (e da realização de valor), e encontram-se altamente interligados com as atividades industriais. Deste modo, não há uma separação nítida no espaço entre produção e reprodução tal qual proposto por Castells. Estas duas esferas, por serem complementares, se mesclam e se espalham na escala regional, urbanizando-a.

NOVOS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO

Soja propõe que o período histórico atual seria o início de uma nova fase na história da cidade, “um período definido pela emergência de mais uma variação do urbanismo como modo de vida, o que chamo de pós-metrópole” (Soja, 2000, p. 46). O prefixo *pós* é enfatizado com o intuito de reunir no leque da pós-metrópole as abordagens pós-estruturalistas, pós-fordistas e pós-keynesianas e suas implicações espaciais. Porém, vale ressaltar que o autor também chama atenção para certas continuidades, afirmando que “dentro dos *pós* que podem ser aplicados à metrópole contemporânea, os menos aplicáveis são o pós-urbano, o pós-industrial e o pós-capitalista.” (Soja, 2000, p. 147). Destaca-se a aversão à ideia de “pós-industrial”, evidenciando um ponto de vista segundo o qual a indústria permanece, apesar de inúmeras transformações, uma entidade central na acumulação capitalista e na produção do espaço – assim, faz pouco sentido afirmar que a generalização do processo de terciarização, por exemplo, seria sinal de uma urbanização pós-industrial.

Soja divide os processos socioespaciais que dão forma à pós-metrópole em seis “discursos”, que são: a metrópole industrial pós-fordista; a *cosmopolis* e a globalização do espaço da cidade; a *exopolis* e a reestruturação da forma urbana (que lida com o surgimento de novas configurações urbanas, como os parcelamentos horizontais cercados); a cidade fractal (e o “mosaico social reestruturado”, enquanto procura abordar a questão do multiculturalismo nas grandes metrópoles europeias e norte-americanas atuais); o arquipélago carcerário; e as *simcities*, simulacros de cidades.

Uma discussão bastante importante na construção do argumento de Soja, e ligada a todos estes discursos em torno da pós-metrópole, é a ideia da metrópole fordista-keynesiana em crise. Esta crise urbana dos anos 1960 nos países de centro representa o início de um amplo processo de *reestruturação gerado pela crise*, que, de acordo com o argumento colocado por Soja, engendraria uma *crise gerada pela reestruturação*, dando início a um período na história do capitalismo de instabilidade e incerteza inerentes, reafirmadas pelo neoliberalismo, que, em grande medida, pautaria a agenda do setor público em suas diversas escalas a partir de então. Muito rapidamente todo um esforço de pesquisa em torno da questão urbana que deriva origem a um largo arcabouço teórico acerca da produção capitalista daquela metrópole industrial fordista teria posto em xeque seu alcance por este processo reestruturante – e a escola da chamada “economia política da urbanização”, em auge de produção teórica no fim dos anos 1960 e início dos 70, seria posteriormente colocada em questão por seus próprios protagonistas (Topalov, 1988). Basicamente, a atuação do Estado enquanto provedor dos meios de consumo coletivo na esfera da reprodução (Castells, 1983), somada à presença estável (e empregadora de grandes contingentes de mão-de-obra) da indústria fordista no meio metropolitano na esfera da produção, são aspectos que seriam alterados por uma série de processos de mudanças internas às indústrias e também na sua organização externa (nas relações inter-firmas). As implicações para o planejamento e para a organização do espaço seriam visíveis nas décadas seguintes, e o esforço de teorização acerca desta nova metrópole está ainda em curso. Soja dá um

peso bastante expressivo para esta transformação mais recente, chegando a propor que este processo seria uma “quarta revolução urbana”, a rodada mais recente de sua geo-história do espaço-cidade, marcada, do ponto vista econômico, pela emergência de formas flexíveis de organização das cadeias produtivas. Deste modo, a metrópole teria sido um produto da industrialização fordista aliada a uma atuação do Estado pautada pelo keynesianismo (no nível urbano, através do provimento dos meios de consumo coletivo), enquanto esta nova forma urbana pós-metropolitana é marcada pela indústria pós-fordista e o Estado neoliberal.

No que diz respeito à formação da cidade-região a partir da extensão regional do tecido urbano e sua relação com a pós-metrópole, Soja afirma:

O conceito de *sinoikismo* é implicitamente regional em seu escopo. Ele se aplica não somente a um centro urbano singular de alta densidade, mas mais enfaticamente a um sistema regional e policêntrico mais amplo de assentamentos nodais que interagem uns com os outros, uma cidade-região. Esta regionalidade amplia a *escala* do espaço-cidade desde o princípio, e aponta para a necessidade de se enxergar até as primeiras cidades como aglomerações regionais. Ter em mente a regionalidade do espaço-cidade não é fácil, pois tendemos a enxergar a cidade como uma área formalmente delimitada, distinta da “não-cidade” circundante ou da *hinterland* “sub-urbana” ou “rural”. (Soja, 2000, p. 16)

É mais difícil que nunca representar a cidade como uma unidade social, política, econômica e geográfica enraizada em seus entornos imediatos e *hinterlands*. As fronteiras da cidade estão se tornando mais porosas, confundindo nossa habilidade de traçar linhas separando o que está dentro do que está fora da cidade; entre a cidade e o campo, o subúrbio, a não-cidade; entre uma cidade-região metropolitana e a outra; entre o natural e o artificial. (Soja, 2000, p.150)

Deste modo, o espaço-cidade sempre incluirá em sua regionalidade espaços aparentemente não-urbanos, mas que são urbanizados, incluindo áreas não habitadas que são “profundamente afetadas pelo urbanismo como um modo de vida e pelo *sinoikismo* inerente à convivência em espaços repartidos” (Soja, 2000, p. 16). A cidade-região, através da expansão do tecido urbano-industrial mais adensado de seu núcleo para o entorno deste, através de eixos, tornaria tal hierarquia de centros anteriormente separados numa só unidade urbana, e nas palavras de Soja, um só *espaço-cidade*. Embora todos os fenômenos indicados por Soja como processos de transformação que dão origem à pós-metrópole tenham uma relação estreita com os processos de formação da cidade-região, alguns dos seis discursos acerca da pós-metrópole citados acima se relacionam de forma mais direta à extensão territorial do tecido urbano metropolitano ao longo de sua região. São eles: a metrópole industrial pós-fordista e a ideia de *exopolis*, tema da próxima seção.

A EXOPOLIS E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ÁREA PERI-METROPOLITANA

O fenômeno urbano que Soja chama de *exopolis* se refere ao surgimento de uma série de manifestações inéditas no ambiente construído e na forma urbana, geralmente isolados da malha urbana bem delimitada e situando-se em zonas anteriormente rurais, que

constituem uma expressão do que pode ser definido como *o urbano* substantivo, que não chega a configurar uma cidade propriamente dita. Não somente pelo fato de ser um fenômeno anteriormente pouco presente e que vem se generalizando, trata-se de uma boa expressão da natureza deste processo de urbanização, e da produção do espaço urbano, para além das cidades propriamente ditas e, de forma mais geral, da produção do espaço atual. No contexto norte-americano estudado por Soja, o fenômeno suburbano (referente à metrópole fordista-keynesiana) tem características muito diferentes do que se verifica em outros países, porém, no que diz respeito a suas transformações recentes, eles se aproximam.

A ideia de subúrbio no contexto da metrópole brasileira em perspectiva histórica tem uma conotação radicalmente diferente do subúrbio norte-americano que inspira grande parte do arcabouço no qual nos baseamos. É importante, portanto, apontar tais diferenças para melhor revelar a natureza deste fenômeno de urbanização para além das cidades, especificamente no que diz respeito à formação dos subúrbios – tanto na formação da metrópole ao longo das últimas décadas, como na configuração atual da cidade-região – no contexto dos países semi-periféricos. Os subúrbios brasileiros são tradicionalmente marcados pelo grande contingente de populações excluídas, de baixa renda, o que contribui para constituir um quadro de sub-urbanização no sentido da ausência de elementos próprios da centralidade urbana e de suas amenidades – chegando a situações mais urgentes de falta de infraestrutura urbana mais básica. Deste modo, anteriormente, o subúrbio enquanto *utopia burguesa* (Fishman, 1996), como o caso da sub-urbanização norte-americana do pós-guerra, era realidade bastante distante da metropolização brasileira. Vale destacar que o subúrbio residencial de classe média norte-americano foi, em grande medida, um produto da ação do Estado na produção da metrópole fordista-keynesiana – que tinha um compromisso claro com a construção de espaços voltados para o automóvel, o que acabava por gerar um alto grau de dependência em relação a ele –, em grande medida pelo fato de ser aquele o produto da indústria motriz¹ da economia americana do século XX. Portanto, falar da *exopolis* no nosso contexto exige um cuidado a mais, no sentido de que a saída dos grupos privilegiados das adjacências das centralidades intraurbanas em direção aos entornos das cidades é um fenômeno que só se generaliza mais recentemente, constituindo um passo adiante da direção de uma segregação (e exclusão) socioespacial mais acentuada. Deste modo, a referência do subúrbio residencial do contexto norte-americano nos pode servir para compreender este padrão de urbanização mais recente, para esclarecer o que a versão brasileira tem de semelhante – seja na negação da cidade moderna e de seu espaço de valor de uso democrático, público, aberto a apropriações outras e ao encontro com a alteridade; seja na configuração de espaços murados de vigilância constante.

Segundo Fishman (1996), o subúrbio como zona residencial da classe média tem suas origens na Inglaterra do final do século XIX,² a partir da construção social de um ideal familiar burguês:

[a] família nuclear domesticada e fechada (...), voltada para dentro de si mesma e unida por laços fortes e exclusivos (...), que procurava se separar das intrusões do local de trabalho e da cidade. Este novo tipo de família criou a força emocional que separou o trabalho de classe média de sua residência. (Fishman, 1996, p. 28)

Os problemas da metrópole passam a ser vistos como fatores exógenos e, a partir disso, cria-se uma relação negativa com a cidade – que gera uma pretensão de autonomia em

1 Conceito proposto por François Perroux, em sua teoria dos pólos, para descrever um setor industrial específico, que se situa num pólo industrial em torno do qual se estabelece uma série de relações de complementaridade na formação de uma cadeia produtiva, que constitui a locomotiva desta.

2 Não coincidentemente, o período de intensificação e generalização do processo de industrialização em zonas próximas aos centros das grandes cidades inglesas (o que envolvia uma série de elementos nocivos ao bem-estar das classes mais abastadas nas cidades, como a poluição, a presença de grandes contingentes de trabalhadores braçais e de um exército industrial de reserva disponível para a indústria nascente).

relação a ela –, o que se torna um obstáculo a ser vencido. No âmbito do simples compartilhamento de espacialidades por parte de grupos distintos, pode-se afirmar que se trata de uma fragmentação e exclusão socioespacial de tal ordem, que as classes mais abastadas passam progressivamente a constituir espacialidades próprias no âmbito do ambiente construído, e a aos poucos deixa de ocorrer a *convivência* com camadas de menor renda no espaço urbano e em suas porções publicamente apropriadas.

Outra abordagem acerca da “fragmentação do tecido sócio-político espacial” – à qual os fenômenos de “escapismo das elites urbanas, definhamento da civilidade e erosão da cidadania” ligados à “auto-segregação” dessas elites (nos termos do próprio autor, ligados à discussão acerca da *exopolis* aqui realizada) –, é formulada por Souza (2000). O autor demonstra uma fragmentação generalizada no tecido socioespacial metropolitano nos grandes centros brasileiros, marcada pela minimização do espaço público – que se torna, no contexto atual o “espaço neutro”, potencial palco aberto de conflitos – e pela formação de enclaves de diversos tipos. Por um lado, nas favelas (“enclaves territoriais [do] tráfico de drogas de varejo”), passando pelos *shopping centers*, até chegar nos condomínios residenciais cercados. A territorialização das favelas pelo tráfico de drogas constitui um aspecto fundamental para a realização daquelas atividades, que dependem deste caráter de enclave armado e territorializado dos espaços urbanos onde constituem suas bases de operações. Na outra ponta deste espectro da fragmentação socioespacial estão os espaços de “auto-segregação residencial” das elites urbanas. Em meados da primeira década do século XXI, não se trata mais de fenômeno pontual: se alastra por um número expressivo de áreas metropolitanas brasileiras, e passando a fazer parte do tecido metropolitano aqui abordado enquanto espaço contemporaneamente produzido.

Caldeira (1996), ao analisar o caso paulistano (em comparação com o que vem ocorrendo na cidade de Los Angeles), trata dessa “nova segregação urbana” como a generalização de “enclaves fortificados [que] geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que se viram de fundamento para a estruturação das cidades modernas” (Caldeira, 1997, p. 1). A autora argumenta que alguns processos de transformação das metrópoles estiveram por trás do surgimento dos enclaves fortificados, dentre os quais, se destacam: a crise econômica que assola o país desde o início dos anos 1980 (por trás do aumento expressivo do desemprego e da pobreza urbanos); o impacto da reestruturação produtiva na cidade de São Paulo (crescimento do setor terciário altamente especializado que gera um processo de *gentrificação*, resultando numa reordenação do espaço intra-urbano daquela cidade); e o processo que se relaciona mais diretamente ao surgimento dos enclaves fortificados, “porque fornece a retórica que o justifica: o crescimento do crime violento e do medo”, sendo que “um dos elementos mais graves no aumento da violência em São Paulo é a violência policial” (Caldeira, 1997, pp. 3-4). Por último, esta auto-segregação se torna, através da produção social destes espaços, um símbolo de *status* e de *distinção* entre determinados grupos das classes mais altas (nos termos de Pierre Bourdieu), o que pode ser evidenciado nos anúncios – que “não só revelam um novo código de distinção social, mas também tratam explicitamente a separação, o isolamento e a segurança como questões de *status*. Em outras palavras, eles repetidamente expressam a segregação social como um valor” (Caldeira, 1997, p. 4). Assim, a *exopolis* se relaciona a dois elementos fortemente presentes na produção do espaço da cidade neoliberal: a busca pela segurança e o *status*. O medo por trás deste ato de consumir (lugares que representam) a sensação de segurança envolve não somente esta atitude defensiva em relação ao outro, mas se insere mais amplamente num

contexto marcante no espaço socialmente produzido com o neoliberalismo – onde o fracasso (como o desemprego) tem suas causas individualizadas, e a distinção se torna uma forma de afirmação de segurança plena.

Soja afirma que o termo *exopolis* é uma tentativa de síntese dos vários discursos acerca da reestruturação da forma urbana, com alguns significados distintos. Em primeiro lugar, o prefixo *exo-* – indicando o crescimento do urbano *fora* das cidades, mas que “também pode ser visto com uma denotação de ‘fim de’, como uma ex-cidade, o surgimento de cidades sem os traços tradicionais das cidades como os definimos no passado. Portanto, há uma série de implicações do espaço-cidade, do urbanismo e da *polis-civitas* significativamente reconstituídos” (Soja, 2000, p. 250). Tal discussão nos remete à ideia de *fim da cidade* como consequência do próprio processo de metropolização, que teria desmantelado de forma definitiva todo um nexos próprio da cidade, fazendo com que determinadas lógicas de reprodução próprias de escalas espaciais mais restritas (como o bairro) fossem destituídas em detrimento de uma lógica de reprodução do capital inerente ao processo de metropolização. A cidade, neste ponto de vista, se tornaria um custo a ser evitado pela necessidade de se acelerar os ciclos de realização do capital; e o planejamento, um instrumento essencial para realizar, por exemplo, tal aplainamento da cidade através de grandes obras viárias. (Alfredo, 2005)

A CIDADE INDUSTRIAL PÓS-FORDISTA NA CIDADE-REGIÃO

Outro elemento importante na formação da cidade-região é a produção contemporânea do espaço da indústria, marcada pela flexibilidade dos processos produtivos e por uma necessidade acentuada de acesso facilitado e ágil à infraestrutura de conexão com o espaço industrial da globalização. A extensão das condições gerais de produção aos entornos metropolitanos cria possibilidades de localização mais atrativas para a indústria em seus padrões atuais – menos dependente de grandes contingentes de mão-de-obra –, que passa a poder aproveitar estas disponibilidades de infraestrutura e a se livrar tanto dos fatores de rigidez mais fortemente concentrados nas metrópoles (como é o caso da atuação sindical) quanto das próprias deseconomias de aglomeração – cuja solução custosa (embora sempre socializada por toda a cidade) recairia em parte sobre a própria indústria ali localizada. Dois importantes fatores de atração do investimento industrial pós-fordista neste ambiente regional em escala mais ampla são: a proximidade e a disponibilidade de formas de conexão ao mercado externo (portos, aeroportos industriais, portos secos etc.); e a existência de ambientes de formação de mão-de-obra especializada em tecnologias avançadas e de produção de pesquisa científica que criem externalidades positivas para a própria indústria.

Storper (1997) enfatiza o papel central das externalidades positivas para as economias regionais, que transbordam conhecimento acerca de técnicas, métodos produtivos, organizacionais etc. das firmas umas para as outras. O autor procura enfatizar as relações pessoais informais e tácitas, frequentemente inseridas nas relações inter-firmas – dizendo que elas são específicas de cada região, e entendendo as “regiões como relações e convenções”. Storper se baseia também na contribuição das teorias de *path-dependency* (“dependência da trajetória”) para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento socioeconômico-espacial das regiões. Muito basicamente, este corpo teórico procura considerar o percurso histórico de determinado contexto regional de forma distinta da economia neo-

clássica, que se baseia nos atributos e recursos exploráveis disponíveis por trás das vantagens comparativas. Ele, reafirma a importância de certos eventos aleatórios ocorridos no passado que influenciam diretamente o que viria a ocorrer em momentos posteriores naquela região. Deste modo, o determinado contexto regional atual deve ser entendido a partir da apreciação das especificidades do percurso sócio-histórico, enfatizando seus pontos de inflexão que imprimem marcas na configuração espacial presente. Ou seja, cada região teria sua especificidade que lhe é única e exclusiva, justamente devido ao fato de que este percurso histórico, com seus pontos de inflexão específicos, é particular e exclusivo a cada uma delas. Assim, cada região teria seu “sistema regional específico”, construído a partir da “dependência da trajetória” e que constitui “mundos regionais de produção”, com suas relações e convenções (tácitas) que lhe são únicas e apropriadas, e principalmente, com suas “interdependências não-comercializáveis”,³ que se tornam ativos importantes para a esfera produtiva. Para Storper, o ressurgimento e o re-fortalecimento das economias regionais ocorrem justamente neste contexto de maior importância das economias externas – devido ao aumento da incerteza, do risco e da instabilidade por trás da exigência de flexibilização –, onde estas diversas relações tácitas e externas às firmas, que passam a ter um papel central e decisivo, se tornam ativos específicos das regiões, dificilmente codificáveis e transferíveis para outros contextos regionais.

Estes deveriam ser, no ponto de vista proposto por Storper, os temas a serem pesquisados pela Geografia Econômica interessada no desenvolvimento regional contemporâneo. A “mecânica do desenvolvimento econômico” deve, deste modo, conceber

a economia como relações, os processos econômicos como conversações e coordenações, os sujeitos dos processos não como fatores mas como atores humanos reflexivos, tanto individuais quanto coletivos, e a natureza da acumulação econômica não como ativos materiais, mas como ativos relacionais. (Storper, 1997, p. 28. Grifo do original)

A região concebida nestes termos por aquele autor não é simplesmente a escala intermediária entre o local e o nacional, mas justamente a região aqui tratada, qual seja, aquela cujo nó localizado em seu centro é uma área metropolitana de alto contingente populacional, economicamente densa e diversificada (em termos setoriais), e que comporta em seu entorno uma série de centralidades de menor porte que estão envolvidas em sua dinâmica de metropolização: a cidade-região. A razão para esta primazia da cidade-região sobre outras regiões econômicas é o fato de que a densidade e a heterogeneidade causadas pelo meio urbano de maior tamanho são os fatores que proporcionam as características reflexivas por trás das convenções e relações que constituem fatores específicos das regiões e que se tornam importantes para a esfera produtiva.⁴

Convenções e relações sempre foram elementos centrais na distinção das economias de cidades grandes e médias. Porém, de diversas formas, sua importância está crescendo devido ao enorme salto na reflexividade econômica à qual nos referimos (...). *Dimensões importantes e distintas desta reflexividade, tanto na produção quanto no consumo, na manufatura e nos serviços, ocorrem nas cidades; elas são dependentes das relações concretas entre pessoas e organizações que se formam nas cidades; e elas são coordenadas por convenções que têm dimensões especificamente urbanas e, ademais, são frequentemente diferentes de uma cidade para a outra.* Especificamente, as cidades são locais privilegiados para as partes das atividades manufatureiras e de serviços onde a reflexividade é posta em prática. (Storper, 1997, p. 222. Grifo do original)

3 As próprias redes de relações e convenções constituídas ao longo do tempo, assim como as externalidades positivas advindas da proximidade de fornecedores, clientes, pesquisadores, financiadores, etc.

4 Storper caracteriza essa rede de relações e convenções informais externas às firmas como o *buzz* (ou o “burburinho”) da cidade.

Storper afirma então que a distinção entre atividades voltadas à base de exportação e atividades de serviços locais é útil neste esforço teórico, no sentido de que as atividades especializadas que constituem o núcleo da base exportadora são aquelas mais ligadas à organização social da reflexividade econômica. Ou seja, as atividades nas quais a cidade-região é especializada e exporta para mercados cada vez mais amplos e longínquos são exatamente aquelas mais sujeitas a estas relações e convenções tácitas, pouco codificáveis e diretamente dependentes da proximidade.

A organização da reflexividade é primordialmente, embora não exclusivamente, urbana. Este é o caso porque a reflexividade envolve relações complexas e incertas entre organizações, entre partes de organizações complexas, entre indivíduos, e entre indivíduos e organizações, em que a proximidade é importante devido à incerteza e à complexidade substantivas de tais relações. Estas duas características de relacionamentos freqüentemente requerem que elas sejam imersas ou em relações diretas e concretas entre indivíduos ou que elas sejam levadas a cabo de acordo com rotinas ou convenções construídas localmente que permitem que os atores envolvidos nestas relações complexas progridam sob condições de grande incerteza ou complexidade substantiva. Em outras palavras, o tecido transacional dessas atividades urbanas é de natureza relacional/convenção, e é urbano porque certas convenções e relações só funcionam em contextos de proximidade. (Storper, 1997, p. 245)

As atividades por trás da base exportadora das cidades-região se constituem, deste modo, como “esferas sobrepostas de ação econômica reflexiva”, que incluem no bojo destas atividades as “estruturas relacionais e convencionais de coordenação e coerência” (Storper, 1997, p. 245). A pesquisa empírica, deste modo, poderia se concentrar na identificação destas esferas de ação econômica reflexiva diretamente ligadas às atividades da base exportadora da cidade-região, e de que forma elas são coordenadas por convenções e relacionamentos. Os meios pelos quais a região circundante aos grandes centros urbanos se insere nesta complexa teia de convenções, relacionamentos e externalidades positivas tornam-se objetos de pesquisa importantes acerca da formação da cidade-região.

Para Storper, ocorre na cidade-região um aumento da produtividade e da *performance* das firmas devido ao fato de que a concentração intensifica a criatividade, o aprimorado e a inovação – através do fluxo de ideias e de conhecimento que perpassa as ligações inter-firmas nas redes industriais, seja de fornecimento e compras, seja de interdependência através da inovação –, e possibilita também a flexibilização tão almejada no contexto atual. Ademais, a ligação destas cidades-região com os mercados mundiais, que se fortalece cada vez mais com a globalização, constitui um incentivo a mais para a localização dos mais diversos setores no seu bojo.

A partir do ponto de vista da economia política da urbanização, deve-se ressaltar que esta literatura acerca da geografia da industrialização flexível deixa de reconhecer a vinculação desta com a crise metropolitana. Na metrópole da semi-periferia do capitalismo, este é um aspecto que se torna visível na própria reconstituição da história da metropolização, em que a industrialização foi distinta teve um papel central no pontapé inicial da transformação da cidade em metrópole. A incompletude dos processos socioespaciais se manifesta claramente no momento em que a construção anterior se interrompe precocemente. Criam-se, no período atual, situações de desvinculação – o que é altamente lucrativo para a industrialização enxuta – entre as condições gerais de produção diretamente voltadas para a acumulação e as estruturas urbanas mais ampliadas das quais dependem

diretamente grandes contingentes populacionais metropolitanos, resultando numa fragmentação socioespacial excludente que também se torna presente na escala regional. As novas condições gerais de produção – voltadas para a facilitação da acessibilidade vertical à escala global e à criação de externalidades positivas (através da pesquisa científica aplicada ao progresso tecnológico) a serem apropriadas pela indústria de alto coeficiente tecnológico e transformadas num aumento das exportações nos setores não-tradicionais – se tornam, neste contexto da crise metropolitana, uma forma de atuação central no planejamento regional neoliberal, voltado, sobretudo, para a atração de investimentos. Assiste-se a uma nova rodada do que ocorre no contexto da metrópole fordista, onde as condições gerais de produção voltadas mais diretamente ao crescimento industrial eram tidas como prioridades do planejamento em detrimento da infraestrutura urbana de modo geral – que viriam em primeiro lugar numa prática de planejamento urbano e regional pautada pela definição democrática de prioridades.

UMA PROPOSTA DE MORFOLOGIA PARA A CIDADE-REGIÃO

Da mesma forma que a cidade era uma formação resultante de um processo socioespacial específico de um período histórico, transformada em metrópole por outro processo de transformação mais recente e ligado ao fenômeno da industrialização e sua ligação à urbanização, a formação da cidade-região é resultado de uma série de processos socioespaciais contemporâneos. Propor uma forma para a cidade-região, quando se discute no cerne do argumento que esta é, antes de tudo, um processo (ou a síntese de uma série de processos), pode parecer complicado e de validade discutível. Porém, uma simplificação destes processos socioespaciais complexos e sua apresentação em conjunto visando caracterizar a *forma* do todo aqui entendido como a cidade-região pode ser uma maneira de facilitar a visualização e, portanto, a compreensão desta unidade de análise que se propõe aqui. Deste modo, a partir do tratamento conceitual inicial aqui esboçado, propõe-se na Figura 1 um esquema ilustrativo dos elementos e das tipologias de processos socioespaciais que compõem a cidade-região. Como em todo modelo desta natureza, corre-se o risco de se exagerar nas simplificações – cuja implicação é que, posteriormente, a análise do esquema simplificado passe a ditar e a influenciar todo o esforço de análise dos processos ali contidos. Ademais, a ideia da produção social do espaço urbano deve ser levada em consideração; e muito além das relações de polarização e definição de *hinterlands*, a formação da cidade-região envolve a produção social de seu espaço. Adianta-se aqui que o processo de extensão da urbanização que constitui elemento central na produção do espaço da cidade-região carrega em seu bojo a produção de um espaço social que lhe é próprio. A perspectiva lefebvriana da produção do espaço torna necessário o entendimento da cidade-região enquanto processo não somente econômico, mas social, cultural e político – ponto de vista que permite também capturar a interação dialética entre tais esferas a partir de sua relação espacial. Limonad (2005), ao analisar a extensão da urbanização como uma generalização do suburbano, situa sua argumentação justamente neste ponto, o qual tem sua importância aqui enfatizada para o entendimento dos processos de formação da cidade-região, que se situa entre os processos socioeconômicos – mais especificamente ligados à reestruturação produtiva e seu impacto na organização do espaço urbano e regional – e a esfera da cultura, afirmando que:

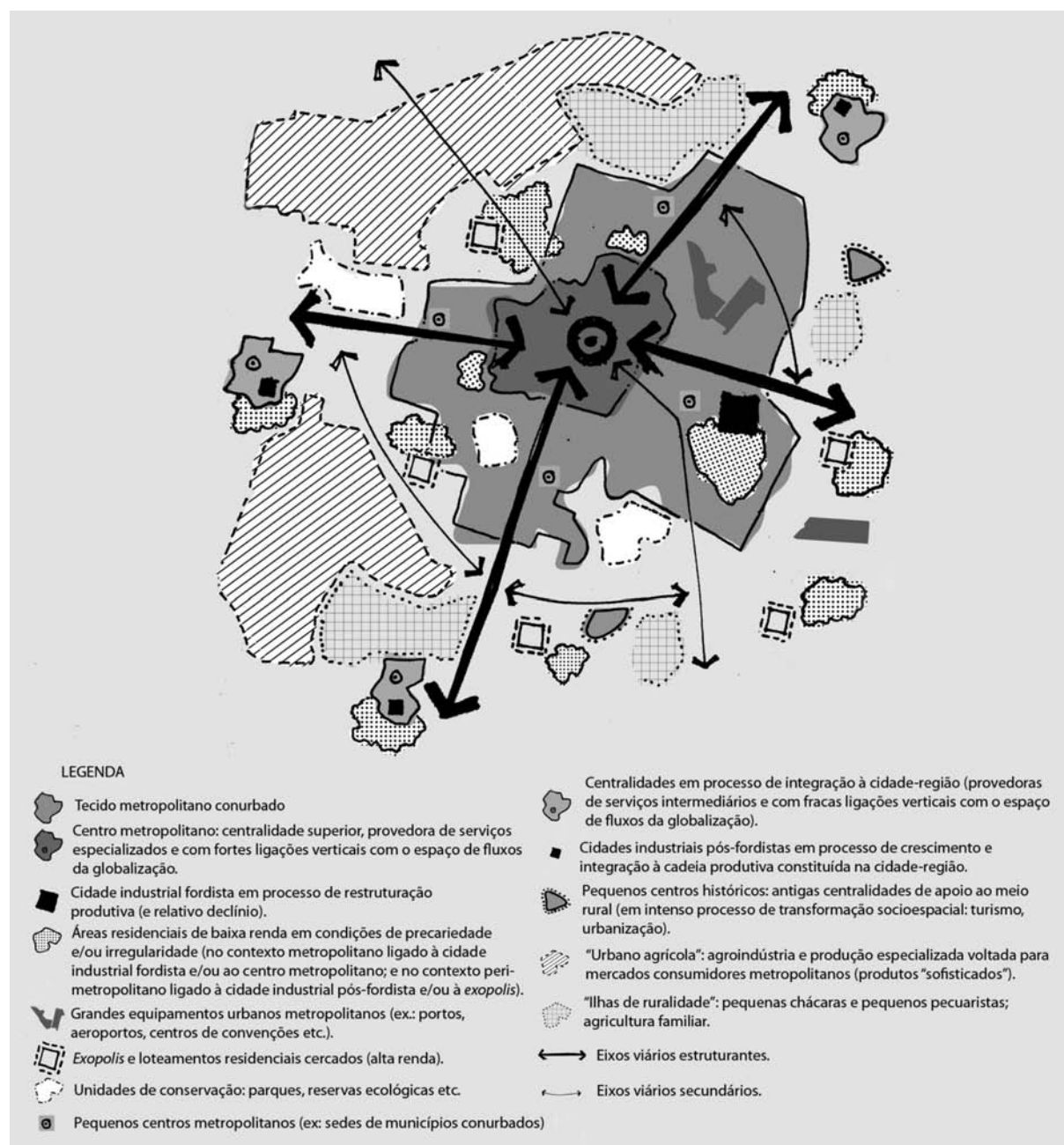


Figura 1 – A cidade-região: processos socioespaciais e elementos principais

As novas condições gerais de produção e as tendências de distribuição espacial da população e das atividades produtivas contribuem para que a urbanização hoje se estenda além do assim chamado ambiente “construído” – a cidade. Esta extensão da urbanização, prescinde, em parte, da aglomeração, ao difundir-se como um modo de vida da população, definido a partir de sua condição de existência e sua inserção no processo produtivo, e não apenas em uma visão limitada de difusão de uma cultura urbana, conforme propunham os teóricos da escola de Chicago.

A nova escala da urbanização produz impactos sobre o território e o assim chamado espaço “natural” de forma distinta do período anterior. Antes, o que tínhamos era a expansão de uma malha contínua a se espalhar e estender a partir do que conhecíamos enquanto cidade

sobre o espaço “natural”; hoje, esta disseminação se dá de forma difusa e segmentada, sem que haja necessariamente uma continuidade e contigüidade física entre os aglomerados, e emerge em diversos pontos e manchas. (Limonad, 2005, p. 5)

Outro aspecto importante dos processos gerais por trás da formação da cidade-região é o que Harvey (1992) chama de *compressão espaço-temporal*, ou seja, uma diminuição das distâncias efetivas (e do tempo necessário para se vencer o atrito espacial), através dos incessantes avanços nas tecnologias de telecomunicações e transportes. A maior fluidez espacial resultante permite que espacialidades anteriormente distantes se tornem efetivamente mais próximas, trazendo para as redondezas dos processos metropolitanos as localidades que permaneciam de fora de seu alcance imediato. Vale acrescentar, de acordo com as críticas propostas por Massey (1994) às formulações de Harvey a respeito da compressão espaço-temporal, que este é um processo que altera o espaço de forma desigual, aproximando determinadas espacialidades umas das outras – aquelas mais intensamente *conectadas* através da infraestrutura de transportes e telecomunicações, cujos usuários têm maior acesso a este espaço fluido – ao mesmo tempo em que isola outros lugares, que permanecem de fora desta rede constituída ao longo do território e que, muitas vezes, eram mais ligados aos fluxos nas estruturas anteriores. Deste modo, a cidade-região se torna necessariamente um espaço descontínuo – característica que, no espaço (semi-) periférico, tende a se manifestar de forma mais expressiva –, refletindo esta assimetria da compressão espaço-temporal. Insere-se, assim, um componente dinâmico na Figura 1 acima, onde, num segundo momento, no qual as distâncias efetivas seriam representadas, determinadas localidades se aproximariam do núcleo metropolitano, enquanto outras permaneceriam onde estão ou se tornariam ainda mais distantes. Criam-se, assim, enclaves de maior conexão ao espaço fluido, que convivem lado a lado com outros, de maior isolamento (e exclusão).

A CIDADE-REGIÃO COMO UM NOVO ARRANJO ESPACIAL

Para chegar à discussão das escalas, esta seção aborda o tema a partir do ponto de vista da economia política da urbanização, tratando do conceito de arranjo espacial (Harvey, 1990). Na abordagem marxiana de Harvey, há um ponto fundamental do caráter contraditório do investimento capitalista no ambiente construído: por um lado, o capital fixo aumenta a produtividade do trabalho, acelerando os ciclos de acumulação. Mas, por outro lado, ele constitui um valor de uso fixo que, para o capital, nada mais é do que um valor de troca imobilizado/cristalizado, e com uma tendência a prover retornos decrescentes de seu investimento inicial. Assim, o surgimento de novas formas mais produtivas e rentáveis de capital fixo faz com que o antigo se desvalorize ainda mais rápido e dê menos retorno, passando, assim, a constituir um entrave, que tende a ser substituído:

O desenvolvimento capitalista deve, portanto, negociar um caminho na corda bamba entre a preservação de valores de troca de investimentos passados no ambiente construído e a destruição do valor destes investimentos de modo a abrir as portas para novas rodadas de investimento e acumulação. Sob o capitalismo existe, portanto, uma eterna luta na qual o capital

constrói um ambiente fixo imobilizado apropriado para sua própria condição num dado período histórico, justamente para precisar destruí-lo, geralmente durante um período de crise, num ponto posterior no tempo. (Harvey, 1981, p. 113)

Segundo Harvey, esta seria, portanto, a lógica da acumulação de capital por trás da formação do chamado *palimpsesto urbano na cidade do capital*. Este “ambiente fixo imobilizado” apropriado para as condições de acumulação em dado período histórico é o que o próprio Harvey, em *Limits to Capital*, chama de “arranjo espacial” (*spatial fix*⁵).

⁵ Termo que envolve também uma conotação de conservação, do ato de se conservar algo através da reorganização do espaço.

O conceito de arranjo espacial consiste basicamente numa configuração espacial do ambiente construído, em termos de infraestrutura urbana, inclusive, que é apropriada para as necessidades da acumulação em dado período, e que, com o passar do tempo, se torna obsoleta e passa a constituir um entrave (através das próprias deseconomias de aglomeração), devendo ser reestruturada, reconfigurada e reconstruída para dar as bases mais eficientes para o novo contexto. Para Harvey, a geografia adequada às necessidades da acumulação em dado momento histórico se torna eventualmente obsoleta em relação às exigências posteriores:

A circulação de capital se torna cada vez mais prisioneira das infra-estruturas físicas e sociais imóveis criadas para apoiar certas classes de produção, certas classes de processos de trabalhos, arranjos distributivos, pautas de consumo etc. As quantidades cada vez maiores de capital fixo e os tempos de rotação cada vez mais longos na produção impedem que o capital se mova sem inibições. Em poucas palavras, o crescimento das forças produtivas atua como uma barreira à rápida reestruturação geográfica, exatamente da mesma forma que constitui um obstáculo à dinâmica da acumulação futura ao impor o peso morto dos investimentos passados. (Harvey, 1990, p. 431)

Há na dinâmica do capital uma tendência constante à mobilidade e à superação deste arranjo espacial – que constitui um grande investimento coletivo em capital fixo de longo prazo de maturação, bastante rígido e difícil de ser superado e reconstruído, se tornando, deste modo, uma barreira – em permanente tensão com a necessidade fundamental do próprio arranjo (um fator de imobilidade) para a acumulação: “as estruturas espaciais fixas que se requerem para salvar o espaço se convertem elas mesmas nas barreiras espaciais que devem ser superadas”, havendo uma

tensão fundamental entre a fixação e a mobilidade, tensão que originou os arranjos hierárquicos no princípio. Depois de tudo, a estabilidade dos arranjos de coordenação é um atributo vital frente ao dinamismo perpétuo e incoerente. A tensão entre a fixação e a mobilidade está destinada a romper-se em algum ponto. (Harvey, 1990, pp. 432-3)

DO ARRANJO ESPACIAL AO ARRANJO ESCALAR

Como vem sendo colocado ao longo destas elaborações, procura-se demonstrar como, através de inúmeros processos socioespaciais contemporâneos, a cidade-região vem ganhando forma e tornando-se uma nova unidade de análise urbano-regional, e um novo ente geográfico. Com uma certa coerência e unidade que lhe são próprias, ela vem se transformando num novo *lôcus* das tensões, das contradições e dos conflitos em torno da

produção do espaço urbano. Desta maneira, vale a referência a algumas considerações acerca do problema das escalas socioespaciais, justamente pelo fato de que a emergência desta nova unidade socioespacial carrega em seu bojo a questão da dinâmica das escalas – como o grau de importância e o papel atribuído a certas escalas se alteram de acordo com o contexto histórico.

Neil Brenner (1998) procura discutir a questão da dinâmica das escalas espaciais em perspectiva histórica, propondo que cada grande ciclo de acumulação capitalista de longa duração envolve um “arranjo escalar” que lhe é apropriado. A ideia de arranjo escalar proposta pelo autor parte do conceito de arranjo espacial segundo Harvey (discutido acima), e das questões colocadas por Henri Lefebvre (1991; 1976), acerca da questão das escalas, que “hoje se inserem na fundamentação da análise dos textos e na interpretação dos eventos” (Lefebvre, 1976, p. 67, *apud* Brenner, 1998, p. 1). As escalas espaciais/territoriais (que constituem os *loci* privilegiados de processos socioespaciais econômicos, sociais, políticos, institucionais) são produtos históricos, socialmente construídos e politicamente contestados, e não categorias predeterminadas. Elas constituem o palco de conflitos e contradições, sendo que estes podem inclusive ter o poder e o alcance de gerar um processo de redefinição das próprias escalas.

Também a partir de Harvey, Brenner afirma que há uma permanente tensão entre o *arranjo* e a *fluidez* na circulação capitalista – “entre a dependência necessária que o capital tem do território ou do lugar e suas tendências aniquiladoras de espaço” –, o que tem implicações profundas na “organização escalar mutante do capitalismo” (Brenner, 1998, p. 3). Sintetizando, aquele autor procura demonstrar que:

quando crises de sobreacumulação ocorrem, cada uma das formas de territorialização do capital é reestruturada, reterritorializada, e frequentemente re-escalada. Portanto, a contradição entre o arranjo e a fluidez na circulação do capital se traduz numa tensão dialética sobre o capitalismo entre a territorialização das relações sociais em configuração escalar relativamente estáveis e seu recorrente re-escalamento através da tendência do capital à des-territorialização através da compressão espaço-temporal. (Brenner, 1998, p.3)

Assim, se por um lado o capital busca permanentemente a aceleração dos tempos mínimos necessários à sua realização através da supressão de barreiras espaciais (nas palavras de Marx, “eliminando o espaço através do tempo”), por outro lado, isso “só pode ser realizado através da produção de configurações relativamente fixas e imóveis de organização territorial que permitem tal movimento acelerado” (Brenner, 1998, p.4), o que requer necessariamente uma reorganização do arranjo escalar, diminuindo o grau de importância de determinadas escalas em detrimento de outras, em termos políticos, sociais, econômicos e institucionais. Como colocado por Harvey (*apud* Brenner, 1998, p.4), “a organização espacial é necessária para se superar o espaço”.

Retornando à ideia de arranjo espacial por trás desta tensão entre o arranjo e o movimento, Harvey afirma que as empresas multinacionais constituem um bom exemplo desta tensão, à qual estão constantemente sujeitas em suas estratégias de localização, pois elas “têm uma perspectiva global, mas precisam se integrar às circunstâncias locais em diversos lugares”, e isso significa “algum grau de compromisso e responsabilidade com a localidade, junto com a capacidade para exercer maior poder local através de ameaças diretas ou indiretas” (Harvey, 1990, p. 425). Em termos gerais, Harvey propõe que:

As tensões entre o arranjo e o movimento na circulação de capital, entre a concentração e a dispersão, entre o compromisso local e os interesses globais, põem imensas tensões sobre as capacidades organizativas do capitalismo. Em consequência, a história do capitalismo se caracterizou pela contínua exploração e modificação dos arranjos organizacionais que podem acalmar e conter estas tensões. O resultado foi a criação de estruturas hierárquicas integradas de organização que podem enlaçar o trabalho local e particular alcançando o trabalho abstrato no cenário mundial. As crises se articulam e as lutas de classes e de facções se desenvolvem dentro destas mesmas formas de organização, enquanto as próprias formas em questão requerem uma transformação dramática frente às crises de acumulação. (Harvey, 1990, p. 425)

Harvey (1981) tende a privilegiar a escala urbana e o ambiente construído como terreno a ser transformado por cada arranjo espacial em cada onda de reestruturação gerada pela crise – a cidade mercantil, que é seguida pela cidade industrial, a metrópole fordista-keynesiana e a atual metrópole pós-fordista/keynesiana. Brenner acrescenta outros níveis escalares nesta análise, principalmente a partir das contribuições acerca do Estado moderno e de sua construção necessária para a acumulação capitalista nascente, advindas de Lefebvre (1976). Brenner entende estas contribuições lefebvrianas como uma

geografia histórica do capitalismo que precisa ser interpretada em termos da transformação da produção de *commodities* individuais no espaço (“capitalismo concorrencial”) à produção do próprio espaço, uma “segunda natureza” socialmente produzida de infra-estruturas territoriais e organizacionais através da qual o capital é continuamente territorializado, des-territorializado e re-territorializado. (Brenner, 1998, p. 8)

Deste modo, tem-se aí uma interpretação da noção lefebvriana de produção do espaço que inclui no seu âmbito a produção do arranjo escalar que é apropriada a cada momento histórico do processo de acumulação, a partir de reestruturações geradas por crises, que envolvem necessariamente a organização das escalas. O próprio processo de redefinição das escalas privilegiadas (e das que se tornam obsoletas e jogadas ao segundo plano) faz parte de uma estratégia de resolução de crises de paradigmas.

Brenner realiza então um breve retrospecto das mudanças no padrão do arranjo escalar ocorridas ao longo da história moderna, privilegiando a mais recente, ligada à reestruturação do regime de acumulação fordista-keynesiano e ao concomitante enfraquecimento da escala nacional paralelo ao fortalecimento das escalas local, regional e global: “a circulação de capital não pode mais ser adequadamente concebida em termos de ‘economias nacionais’ auto-centradas ou da imagem de uma economia mundial parcelizada em espaços nacionais-territoriais distintos” (Brenner, 1998, p. 17). Deste modo, ocorre uma crescente atuação de instituições regionais e/ou locais na produção das pré-condições territoriais fundamentais à acumulação. Quanto à ideia amplamente difundida do enfraquecimento do Estado, Brenner argumenta (bastante fundamentado nos escritos lefebvrianos acerca do Estado) que este

re-escalonamento das instituições estatais não assinala o declínio ou a erosão do Estado, mas precisamente uma estratégia geográfica de acumulação para promover e regular a reestruturação nas regiões urbanas de maior importância. De fato, estratégias neoliberais recentes para promover mercados desregulamentados e a mobilidade do capital, necessariamente pressupõem a construção de novos espaços locais e regionais de produção e regulação no qual o momento de

arranjo geográfico do capital pode ser assegurado. Esta tensão entre a desregulamentação (que favorece o momento de mobilidade geográfica do capital) e a re-regulamentação (que privilegia o momento de arranjo geográfico do capital) pode ser vista como uma das contradições insolúveis do neoliberalismo enquanto estratégia de acumulação. (Brenner, 1998, p. 18)

Não se deve confundir, deste modo, o esvaziamento do aparato de bem-estar social (fordista-keynesiano) com o esvaziamento do próprio Estado, pois este passa a atuar em outros níveis e com outras abordagens. Pode-se afirmar que o próprio enfraquecimento (neoliberal) da atuação ativa e regulatória das instabilidades do mercado por parte do Estado é uma política de Estado em si, com objetivos muito particulares com os quais o Estado passa não somente a cooperar, mas a tomar a frente das iniciativas para que sejam alcançados de fato. Assim o re-escalamento da escala da política em sua fase mais recente transforma, desmantelando, o aparato nacionalizado e centralizado do período fordista-keynesiano, e “constrói novas escalas, onde as formas pós-fordistas/keynesianas de poder sobre o espaço e as escalas podem ser exercidas” (Brenner, 1998, p. 20). Neste caso, se tem – na construção e na reformulação da organização das escalas espaciais (nas quais se situam as dinâmicas ligadas tanto à esfera do regime de acumulação quanto do modo de regulação correspondente) – um elemento adicional na produção do espaço fundamental para a reprodução das relações sociais de produção, tal qual argumentado ao longo das formulações aqui ensaiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou sintetizar elaborações e avanços teóricos referentes ao entendimento da cidade-região enquanto expressão espacial do capitalismo industrial contemporâneo, enfatizando a questão de sua morfologia e o ponto de vista do arranjo espacial e escalar. Escapa ao escopo de um texto desta natureza uma abordagem completa, e estes dois tópicos aqui tratados se inserem numa gama de outros temas ligados à cidade-região em formação, tais como: as especificidades desta nova forma metropolitana na produção do espaço (semi-) periférico; as manifestações deste processo no Brasil contemporâneo; a produção do espaço a partir da abordagem lefebvriana na cidade-região; a política do lugar, e o embate pelo lugar, no caleidoscópio de lugares que é a cidade-região; dentre outros tópicos. Ressalta-se o fato de que a política do lugar na cidade-região fica num embate entre uma primeira tendência à politização do espaço social e ao surgimento de práticas autônomas de desenvolvimento local e de aprofundamento da democracia participativa no planejamento urbano; e uma tendência ao fortalecimento do “empresariamento urbano” e do planejamento estratégico de cidades, que vem se consolidando enquanto modelo hegemônico de planejamento da escala local no contexto contemporâneo de localismo hiper-competitivo. A geografia da cidade-região tenderia a reforçar esta competição pela atração de investimentos, por envolver uma grande quantidade de localidades em igualdade de condições para tal, engendrando, com isso, uma série de conflitos e desequilíbrios socioespaciais que acompanham de perto o planejamento territorial neoliberal.

Felipe Nunes Coelho Magalhães é economista e mestre em Geografia pela UFMG. E-mail: felmagalhaes@gmail.com

Artigo recebido em setembro de 2009 e aprovado para publicação em janeiro de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFREDO, A. *Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo*. Belo Horizonte: Boletim Mineiro de Geografia, v.13, 2005
- BRENNER, N. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*, 16, 5, 1998. Disponível em: <http://sociology.as.nyu.edu/docs/IO/222/Brenner.EPd.1998.pdf> (acessado em setembro de 2009).
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 47, março 1997, pp. 155-76.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FISHMAN, R. Bourgeois utopias: visions of suburbia. In: FAINSTEIN, S; CAMPBELL, S. *Readings in urban theory*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.
- HARVEY, D. The urban process under capitalism. In: DEAR, M.; SCOTT, A. *Urbanization and urban planning in capitalist society*. Londres: Methuen, 1981.
- _____. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JACOBS, J. *The death and life of great american cities*. Nova York: Random House, 1961.
- LEFEBVRE, H. *De l'état*. Paris: Union Generale, 1976.
- _____. *apud BRENNER, N.* Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*, 16, 5, 1998.
- _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, C.; GAL VÃO, A.C.; GONÇALVES, M. F. (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- _____. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*. Belo Horizonte, 2003.
- _____. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no estado de São Paulo. LIMONAD, E. (org.). *Brasil Século XXI – por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.
- LIMONAD, E. Entre a urbanização e a sub-urbanização do território. *Anais do XI Encontro Nacional da Anpur*. Salvador, 2005.
- _____. No todo acaba en Los Angeles. Un nuevo paradigma: entre la urbanización concentrada y dispersa? *Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales*, XII, n. 734. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-734.htm> (acessado em setembro/2009).
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MAGALHÃES, F. Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano. Dissertação (Mestrado, Geografia) – Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- MASSEY, D. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. pp. 169-81.

_____. Modernities in the jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. Tese (PhD, Planejamento Urbano) – Department of Urban Planning, School of Public Policy and Social Research, University of California at Los Angeles, Los Angeles, EUA, 2004.

PARR, J. B. Perspectives on the city-region. *Regional Studies*, Vol. 39.5, pp. 555-66, Londres: Routledge, 2005.

RANDOLPH, R. Utopia burguesa ou revolução urbana? – Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas peri-metropolitanas do Rio de Janeiro. *Anais do XI Encontro Nacional da Anpur*. Salvador: Anpur, 2005.

RANDOLPH, R.; GOMES, P. H. O. Expansão da metrópole e áreas perimetropolitanas: Continuidade ou Ruptura? Investigação do entorno do Rio de Janeiro. *Anais do XII Encontro da Anpur*. Belém: Anpur, 2007.

SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, v.8, n. 25, pp. 58-62, 1988.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 2000.

SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates*. Ano XVIII, v.1, n.23, 1988. pp. 5-30.

ABSTRACT This article summarizes a theoretical discussion on the formation of the city-region (as a privileged spatial scale) and the social spatial processes behind it. The city-region is here understood as the more concise metropolitan area added to its immediate hinterland, included as an outer ring in the reach of contemporary metropolization processes. The concept of extended urbanization is a key social spatial process behind the formation of city-regions, which also relates to the space-time compression which manifests itself heterogeneously across these urbanized regions. Two major territorial elements are at the forefront of the production of space in these areas: the exopolis and the postfordist industrial city – and both these elements need a certain level of physical proximity to the metropolitan core. This new spatial fix inserts itself in the contemporary race towards territorial entrepreneurialism, in two major trends: a competitive regionalism, which involves city-regions competing with one another in the global scale; and with places inside these areas also inserting themselves in the strategic planning framework.

KEYWORDS City-region; post-fordism; metropolitan expansion; extended urbanization; general conditions of production.